

Nota Informativa

Edição 105/2023

DESTAQUES

- Aprovada política nacional de educação profissional e tecnológica
- Reforma tributária terá efeito rápido sobre indústria de TICs, avalia Abinee
- Adiada votação de projeto para deduzir investimentos em startups
- Câmara cria comissão especial para atualizar normas brasileiras aos serviços digitais
- Governo pauta conectividade ao FNDCT e Conselho de C&T

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- CCT vai debater impactos da Reforma Tributária na Ciência e Tecnologia
- Projeto piloto leva internet para 94,9% das escolas públicas selecionadas
- Abertas as inscrições para o Prêmio ABDI e Anatel de Redes Privativas
- Transformação digital é tema de encontro com o Movimento Brasil Competitivo
- Países prorrogam proibição de criar imposto sobre serviço digital
- Quase 30% dos empregos correm alto risco com IA, diz OCDE
- Presidente da ABDI participa do Mobile Private Network Fórum
- PL que permite WiFi em escolas com recursos do Fust segue para sanção
- Na Anatel, ex-presidente do Cade defende maior interação entre reguladores
- 81% acredita que automação do fluxo de trabalho aumenta o engajamento de equipe, aponta estudo
- Ransomware representa 60% dos malwares de aluguel na darkweb, revela empresa

REFORMA TRIBUTÁRIA

Exceções demais podem “neutralizar” impacto da reforma tributária no PIB e aumentar alíquota, diz Tebet

Sistema tributário é “perversamente injusto”, diz ministro do STF

Senador Laércio Oliveira defende mudanças na reforma tributária

Relator no Senado diz não ver espaço para aumento da carga tributária

Reforma tributária: Haddad vê com cautela artigo que permite a Estados criar contribuição

Indústria está presa na cadeia dos juros altos

Relator da reforma tributária no Senado descarta fatiamento

Reforma Tributária pode ganhar trava para alíquota do novo imposto no Senado

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Galípolo e Aquino assinam termos de posse e assumem oficialmente diretorias do BC

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Alíquota do IVA dependerá de excepcionalidades e projeções sobre evasão tributária, diz Haddad

Setor de serviços cresce em maio 0,9%, revela o IBGE

Empresas podem renegociar dívida com a União pela internet

Inflação negativa aumenta pressão por queda de juros

Carf permite crédito de Cofins sobre despesa com frete de produtos acabados

ORÇAMENTO

Congresso analisa vetos e créditos orçamentários na quarta-feira

POLÍTICA

Pacheco recebe Eduardo Braga e Aguinaldo Ribeiro para conversa sobre reforma tributária

Plenária do Plano Plurianual deve reunir nove ministros de Lula em SP

DESTAQUES

Aprovada política nacional de educação profissional e tecnológica

Poder Legislativo | 11/07/2023 – 18h45min

O Plenário aprovou na terça-feira (11), em regime de urgência, projeto que articula a formação profissional técnica de nível médio com a aprendizagem profissional, determinando a formulação de uma política nacional para o setor. A proposta também faz mudanças no cálculo da renda para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Aprovado em votação simbólica, o projeto será encaminhado à sanção presidencial. De autoria do ex-deputado federal João Campos, atual prefeito de Recife, o [PL 6.494/2019](#) foi relatado pelo senador Cid Gomes (PDT-CE). O texto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB — [Lei 9.394, de 1996](#)), para dispor sobre a formação técnica profissional e tecnológica; e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas — [Lei 8.742, de 1993](#)), para estabelecer que os rendimentos recebidos de bolsa de iniciação científica, de monitoria, de atividade de extensão e pesquisa e da Bolsa Atleta não entrarão no cálculo da renda familiar para fins de concessão do BPC. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma tributária terá efeito rápido sobre indústria de TICs, avalia Abinee

Mercado | 11/07/2023 – 16h38min

Mesmo com a longa fase de transição prevista no texto da Reforma Tributária aprovado pela Câmara, a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) entende que externalidades positivas devem beneficiar rapidamente o segmento industrial de tecnologia da informação e comunicação (TICs). A avaliação foi feita pelo gerente de tecnologia e política industrial da Abinee, Israel Guratti. "Os prazos de transição [da reforma] são longos, de dez anos para mais, mas a curto e médio prazo haverá maior estabilidade política e um caminho a se seguir, o que ajudará na previsibilidade. Por sabermos o que vai acontecer nos próximos anos, o setor de TICs terá benefícios – seja fornecendo sistemas para novas realidades ou com setores que vão adquirir novos equipamentos para atualizar seus parques", afirmou ele, em coletiva na terça-feira, 11. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Adiada votação de projeto para deduzir investimentos em startups

Poder Legislativo | 12/07/2023 – 13h12min

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) adiou a análise de projeto que institui o Fundo de Financiamento às Empresas Startups (FiStart) e a possibilidade de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) de parcela dos valores investidos no capital social dessas empresas. O [PL 3.466/2019](#), do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), estava na pauta da quarta-feira (12) mas teve a análise adiada a pedido do relator, senador Carlos Viana (Podemos-MG). — É uma das áreas que julgo mais importantes da atualidade. O trabalho das startups é fundamental e, para que seja ampliado, o item foi retirado de pauta. Me comprometo em discutirmos e o analisarmos em agosto, para avançarmos na proposta e entregarmos um trabalho legislativo mais completo — disse Viana. Segundo Randolfe, o texto tem como objetivo aprimorar o ambiente de financiamento às startups, pois, "por serem inovadoras, essas empresas enfrentam incertezas econômicas e tecnológicas que dificultam o seu acesso ao crédito pelas vias tradicionais". Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Câmara cria comissão especial para atualizar normas brasileiras aos serviços digitais

Poder Legislativo | 11/07/2023 – 20h44min

Ato assinado pelo deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) na terça-feira, 11, criou uma Comissão Especial para estudo, atualização, modernização e adaptação de normas jurídicas brasileiras, no sentido de incorporar a elas os avanços tecnológicos nas relações interpessoais e atividades diárias. Pereira está interinamente como presidente da Câmara dos Deputados. A comissão terá como objeto de trabalho adaptar e atualizar a legislação brasileira às novas tecnologias digitais. A ideia é criar regras para as relações sociais entre pessoas e empresas que na atualidade utilizam tecnologias digitais, mas que não são previstas nas normas jurídicas. A ideia é que o novo colegiado crie formas de como as atuais legislações podem absorver tecnologias como assinatura digital, tokens, criptoativos e transferência de dados – que estão no cotidiano das pessoas, mas sem previsão específica em Lei. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo pauta conectividade ao FNDCT e Conselho de C&T

Poder Executivo | 12/07/2023

O governo federal marcou a retomada do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) em solenidade realizada no Palácio do Planalto na quarta-feira, 12. O colegiado, que estava parado há cinco anos, vai debater e aprimorar dez programas prioritários do Plano Anual de Investimentos (PAI) do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) deste ano – o acesso à internet está no foco de um deles. Os programas a serem discutidos pelo CCT foram apresentados durante a cerimônia pelo secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), Luis Fernandes. A ação que envolve diretamente a universalização da comunicação é o chamado Conecta e Capacita – Programa de Difusão e Suporte à Transformação Digital. De acordo com o MCTI, o Conecta e Capacita tem como objetivo a “promoção da conectividade digital em todo o território nacional via infovias estaduais e redes metropolitanas, acoplado a programa massivo de capacitação digital de populações com maior vulnerabilidade socioeconômica e escolas, baseado nas tecnologias associadas à transformação digital”. “É o braço de capacitação associado ao braço da transformação digital, que é uma das prioridades da nova política industrial”, afirmou Fernandes. Fonte: Tele Síntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CCT vai debater impactos da Reforma Tributária na Ciência e Tecnologia

Poder Legislativo | 12/07/2023 – 15h09min

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, e Informática vai debater os impactos da Reforma Tributária no setor (REQ 21/2023 – CCT). A ideia, do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), é ouvir empresas, universidades, cientistas e pesquisadores ligados à área de Ciência e Tecnologia para saber o que esperar e o que aperfeiçoar na proposta que será votada no Senado no segundo semestre. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Projeto piloto leva internet para 94,9% das escolas públicas selecionadas

Poder Executivo | 12/07/2023 – 10h44min

A chegada da internet em 168 escolas públicas atendidas pelo projeto piloto criado com recursos do Leilão do 5G está mudando a vida de mais de 29,2 mil alunos. “Eu uso a internet na escola. É uma experiência nova a cada dia”, conta Fabrício Moreira, aluno da escola municipal de Lagoinha da cidade de Berilo (MG), uma das instituições contempladas. Mais de 94% das escolas selecionadas já estão conectadas. Aprovado pelo Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape), o projeto é um dos compromissos assumidos pelas operadoras vencedoras do Leilão com o objetivo de levar conectividade às escolas públicas. Ao todo, 177 instituições de 10 municípios, distribuídos entre as cinco regiões do país, foram escolhidas para participar dessa fase de implementação da conectividade. “Queremos que a conectividade chegue até dentro da sala de aula para ser aproveitada em conteúdos pedagógicos de qualidade. Levar conectividade a todas as escolas públicas do país é uma das prioridades do presidente Lula e nós estamos trabalhando para atingir esse objetivo”, afirma o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Abertas as inscrições para o Prêmio ABDI e Anatel de Redes Privativas

Poder Executivo | 12/07/2023 – 10h31min

Têm início na quarta-feira, 12 de julho, as inscrições para o Prêmio ABDI e Anatel de Redes Privativas, concurso que selecionará, em quatro categorias, os melhores usos de redes privadas sem fio no Brasil. A parceria entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e a Agência Nacional de Telecomunicações, cujo resultado será anunciado no dia 11 de agosto, coletará informações dos serviços utilizados para mensurar o impacto que as redes de telecomunicação voltadas a soluções específicas têm nos negócios do setor produtivo nacional. O objetivo das duas agências é avaliar os casos de usos do espectro para redes privadas, estimular esse tipo de investimento e dar ampla divulgação aos resultados alcançados com a implementação dessas soluções, que utilizam redes como 4G, WiFi 6 e 5G. A premiação terá quatro categorias: Rede Privativa – Agro: uso para aplicações no setor de agropecuária (Agro 4.0); Redes Privativas – Indústria: uso para aplicações do setor industrial, em parque fabril (Indústria 4.0); Redes privadas – Utilities/Mineração/Óleo e Gás: uso para aplicações em serviços como distribuição de água, energia e gás, além de aplicações do setor de mineração e de extração de petróleo; e Redes privadas – Outros setores. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Transformação digital é tema de encontro com o Movimento Brasil Competitivo

Poder Executivo | 12/07/2023 – 09h57min

O presidente do Conselho Superior do Movimento Brasil Competitivo (MBC), Jorge Gerdau, esteve na terça-feira (11) no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para apresentar os projetos do MBC e colocar a instituição à disposição da pasta para ajudar em projetos de pesquisas e governança na área de inovação. No ano de 2022, o MBC publicou, junto com a Fundação Getúlio Vargas, um estudo sobre a transformação digital, produtividade e crescimento econômico. De acordo com o Movimento, a implementação de uma agenda nacional estratégica cria condições para alavancar a transformação dos diversos setores econômicos. “Nós viemos hoje aqui para mostrar nossas experiências e projetos de governança e parcerias entre o setor público e privado”, disse Gerdau. “O MCTI é muito especial para a história do MBC porque foi o primeiro ministério que abraçou o Movimento em 2012 e estamos à disposição para construirmos juntos e sermos um canal de interlocução em projetos que possam auxiliar o desenvolvimento de uma agenda como a de transformação digital”, afirmou Tatiana Ribeiro, diretora Executiva da entidade. “Existe uma sinergia bastante grande entre as agendas. Nós queremos muito estar próximos colaborando com o Ministério”, disse a diretora. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Países prorrogam proibição de criar imposto sobre serviço digital

Mercado | 12/07/2023 – 08h09min

Um grupo de 138 países prorrogou a proibição de criar impostos nacionais sobre serviços digitais por 1 ano, até 31 de dezembro de 2024. A ideia é ganhar tempo para ratificar o acordo histórico de reforma da tributação sobre multinacionais assinado em 2021. As nações que subscreveram a proposta em 2021, entre elas o Brasil, se comprometeram a não introduzir novas taxas até 31 de dezembro de 2023. O objetivo era que, em julho deste ano, a redação para a implementação de um imposto mínimo sobre os lucros das multinacionais –de, pelo menos, 15%– estivesse pronta. Manal Corwin, diretor do Centro de Política e Administração Tributária da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), disse ao Financial Times haver “algumas questões pendentes entre um pequeno número de países que precisam ser resolvidas”. A adoção de um imposto mínimo de grandes empresas levaria à redistribuição de cerca de US\$ 200 bilhões em lucros anuais das multinacionais para os países onde as transações são realizadas. Para que a taxação possa ser cobrada, é necessário haver uma mudança na legislação tributária global. Mas, segundo a publicação

britânica, os países continuam em discordância sobre a redação da parte jurídica da medida. Em comunicado (íntegra, em inglês – 182 KB) divulgado na 4ª feira (12.jul.2023), o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann afirmou que a organização está “trabalhado intensamente nos detalhes técnicos e nos arranjos de implementação necessários”. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Quase 30% dos empregos correm alto risco com IA, diz OCDE

Mercado | 12/07/2023 – 04h37min

A OCDE disse na 3ª feira (11.jul.2023) que 27% dos empregos nos países que integram a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico dependem de habilidades que podem ser facilmente automatizadas na próxima revolução da IA (inteligência artificial). A informação consta no relatório “Perspectivas de Emprego da OCDE 2023: Inteligência Artificial e o Mercado de Trabalho”. “Como a IA afetará os funcionários em seus locais de trabalho e se os benefícios superarão os riscos dependerá das ações políticas que tomarmos”, disse o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, citado pela agência Reuters, durante o lançamento do documento. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Presidente da ABDI participa do Móbile Private Network Fórum

Poder Executivo | 12/07/2023

O presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Igor Calvet, participou na quarta-feira (12) do Móbile Private Network Fórum, evento que reuniu os principais representantes do mercado nacional de telecomunicações e que discutiu o mercado de redes privadas móveis no Brasil. Calvet integrou o painel “Perspectivas para o mercado de redes privadas celulares no Brasil” e apresentou alguns dos resultados alcançados pela Agência em projetos voltados para o incentivo do uso da tecnologia 5G na indústria, no agronegócio e nas cidades. “Quando comecei minha atuação à frente da ABDI, os projetos de difusão tecnológica eram voltados para o desenvolvimento da indústria 4.0. Vale dizer que essa era uma discussão global. Mas que não decolou porque faltava uma tecnologia habilitadora”, explicou. Calvet contou que os técnicos da Agência, então, viram uma oportunidade no uso das redes privadas de 5G para que o setor produtivo pudesse rodar projetos pilotos para testar e estudar a viabilidade do uso dessa tecnologia em ambiente industrial. Fonte: ASCOM ABDI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PL que permite WiFi em escolas com recursos do Fust segue para sanção

Poder Legislativo | 11/07/2023 – 19h54min

O plenário do Senado Federal aprovou na terça-feira, 11, o Projeto de Lei 2.617/2023, que cria o Programa Escola em Tempo Integral. O texto altera as regras da lei 14.172/2021, que destinou R\$ 3,5 bilhões para estados e municípios aplicarem em ações para a garantia do acesso à Internet, com fins educacionais, aos alunos e aos professores da rede pública de ensino. O texto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, e agora segue para sanção presidencial. A redação aprovada no Senado foi relatada pela senadora Professora Dorinha (União-TO) e, entre outros pontos, permite a possibilidade de repactuação dos planos de ação dos entes federativos junto ao FNDE, expandindo o prazo para execução dos recursos até o ano de 2026 e também permitindo aquisição de conexão de rede sem fio (WiFi) para os estabelecimentos de ensino. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Na Anatel, ex-presidente do Cade defende maior interação entre reguladores

Uma interação mais efetiva entre as agências reguladoras e um ambiente mais intenso de colaboração foi defendido pelo ex-presidente interino do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) Gilvandro Araújo na palestra online “Os desafios do desenvolvimento: o futuro da regulação estatal”, promovida, na terça-feira (11), pelo Centro de Altos Estudos em Telecomunicações (Ceatel) da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Para Araújo, a interação é uma das soluções para o que classificou como um dos maiores riscos para a tomada de uma decisão (regulatória) adequada, a falta de informação. “De onde tiramos que não podemos fazer pareceres em conjunto ou uma decisão conjunta entre Anatel e Cade?”, questionou. “Por mais que tenham competências paralelas, há a necessidade que elas se estruturam para que a decisão tenha efetividade”, afirmou. O conselheiro da Agência Alexandre Freire declarou ter um melhor resultado, em um processo de Convocação para Procedimento Cooperativo Intersectorial de Articulação Prévio à Tomada Decisão, ao convocar as superintendências do órgão regulador de telecomunicações a se manifestarem conjuntamente a dirigir as empresas envolvidas a uma solução. Essa, apesar de ser interna à Anatel, possui uma correspondência com a tendência mais abrangente defendida pelo ex-presidente do Cade. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

81% acredita que automação do fluxo de trabalho aumenta o engajamento de equipe, aponta estudo

Mercado | 11/07/2023

Com o arrefecimento da pandemia, muitas empresas têm adotado o modelo híbrido de trabalho. Mas qual será o nível de produtividade neste formato? Segundo estudo divulgado pela monday.com, a maioria dos brasileiros (81%) afirma que automatizar o fluxo de trabalho aumentaria o envolvimento dos funcionários, apesar de menos da metade (43%) acreditar ter as ferramentas adequadas. Feito junto a 4.000 trabalhadores de diferentes países, incluindo o Brasil, o estudo quis entender como está a relação de trabalho e de produtividade com a recente mudança no modelo de trabalho pós pandemia e a importância das ferramentas de software e tecnologia na busca pela produtividade. Desenvolvido em parceria com a empresa de pesquisa independente RepData LLC, o questionário aponta que 41% acreditam que suas empresas possuem as ferramentas para automatizar. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ransomware representa 60% dos malwares de aluguel na darkweb, revela empresa

Mercado | 11/07/2023

Novo estudo feito pela Kaspersky revela que o ransomware é o malware de aluguel (malware como serviço – do inglês MaaS) predominante nos últimos sete anos, com cerca de 60% de todas as famílias distribuídas no período. O levantamento se baseia em pesquisas realizadas com 97 famílias de malware distribuídas de diferentes fontes, como a Dark Web. Os pesquisadores da empresa também constataram que muitas vezes os cibercriminosos alugam infostealers, botnets, loaders e backdoors para realizar seus ataques. Malware como serviço (MaaS, Malware-as-a-Service) é um modelo de negócio ilícito que envolve a locação de software para realizar ciberataques. Normalmente, os clientes desses serviços recebem uma conta pessoal para controlar o ataque, além de suporte técnico. Isso reduz o limite inicial de expertise necessária para aspirantes a cibercriminosos. Os especialistas da Kaspersky examinaram os volumes de vendas de diversas famílias de malware assim como menções, discussões, postagens e anúncios de pesquisa relacionados ao MaaS na Darknet e em outros recursos, a fim de identificar os tipos mais populares e se constatou que o líder é o

ransomware. A popularidade do ransomware pode ser atribuída a sua grande capacidade de gerar lucros maiores que outros tipos de malware em um curto espaço de tempo. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Exceções demais podem “neutralizar” impacto da reforma tributária no PIB e aumentar alíquota, diz Tebet

Poder Executivo | 12/07/2023 – 13h23min

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse na quarta-feira (12) que se muitas exceções forem feitas a diferentes setores no projeto de reforma tributária ela se tornará “neutra” em impacto no Produto Interno Bruto (PIB) e será necessária uma alíquota única alta. “Se nós aumentarmos demais as exceções, no que se refere ao crescimento do PIB, ela (reforma tributária) se torna neutra... e você vai ter que provavelmente aumentar mais a alíquota a ser cobrada”, disse Tebet em entrevista à GloboNews. A ministra afirmou ainda que o Senado “terá o tempo dele” para construir um bom texto para a reforma tributária, que já foi aprovada pela Câmara na semana passada, e disse que o governo está muito otimista em relação à votação da proposta na Casa. Tebet também avaliou que não há problema em se promulgar a reforma tributária de maneira fatiada, desde que seja aprovada este ano. “Votar a reforma de forma fatiada é o pior dos mundos. Mas não há problema em promulgar a reforma de forma fatiada. Não temos pressa, mas o importante é que a tributária seja promulgada neste ano”, afirmou na entrevista. Fonte: CNN Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Sistema tributário é “perversamente injusto”, diz ministro do STF

Poder Judiciário | 12/07/2023 – 12h47min

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Roberto Barroso, disse na 4ª feira (12.jul.2023) que o sistema tributário brasileiro é “perversamente injusto” por estimular a concentração de renda, ao cobrar impostos do consumo e não sobre capital e renda. Deu a declaração no evento Sicomércio, realizado pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo). Barroso afirmou que, embora a proposta da reforma tributária aprovada na Câmara dos Deputados não trate a tributação sobre o capital, o texto representa um avanço. “Só a simplificação já é grande coisa porque precisamos diminuir a litigiosidade tributária no Brasil que é fonte de imensa insegurança para as empresas e para o governo”, afirmou. O ministro da Supremo também defendeu a desoneração da folha de salários. Segundo Barroso, a tributação sobre os salários induz a informalidade. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senador Laércio Oliveira defende mudanças na reforma tributária

Poder Legislativo | 12/07/2023 – 10h35min

O senador Laércio Oliveira (PP-SE) disse, em pronunciamento no Plenário na terça-feira (11), que é imprescindível construir um consenso nacional em torno da reforma tributária. Para o parlamentar, é fundamental que se estabeleça um “diálogo efetivo e transparente entre todos os interessados, avançando na busca de soluções que tenham legitimidade e tragam benefícios para todos”. — A maior preocupação em relação a esta reforma é o fechamento de milhões de postos de trabalho, algo em torno de quatro milhões só no setor de serviços, visto que importantes setores da economia e as pequenas e médias empresas concentram grande parte das oportunidades de emprego no país. Laércio lembrou que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados (PEC 45/2019) estabelece a substituição de dois tributos, o PIS e a Cofins, pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), recolhida pela União, enquanto os

impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Segundo o parlamentar, o IBS teria impactos diferenciados nos diversos setores da economia, pois permitiria à empresa “abater do seu imposto o que incidiu nos insumos das operações anteriores”. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator no Senado diz não ver espaço para aumento da carga tributária

Poder Legislativo | 12/07/2023 – 07h

O relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou na terça-feira (11), não ver espaço para que haja aumento da carga tributária com a aprovação da proposta de mudança nos impostos sobre o consumo. “Eu não vejo espaço para aumento de carga tributária no País”, disse ele, em entrevista coletiva. A previsão dele é apresentar o relatório em outubro para votação no Senado. Braga sinalizou ainda que pretende fazer alterações ao texto aprovado na Câmara, o que fará com que a proposta volte a ser apreciada pelos deputados. Apesar disso, ele estima que a promulgação da proposta de emenda constitucional (PEC) ocorra ainda neste ano. Braga diz que solicitou estudos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento sobre os impactos da medida, assim como cálculos de Estados e de setores econômicos que já o procuraram para tratar de alterações no texto. “Tudo agora nós queremos analisar com números. Eu acho que, nos conceitos, a Câmara discutiu muito. Agora, já que tem um modelo colocado de pé; nós queremos poder quantificar esse modelo e verificar os impactos que esse modelo efetivamente está indicando”, afirmou. O senador demonstrou discordância com a ideia defendida pelo ministro Fernando Haddad em entrevista ao podcast O Assunto, de antecipar o envio da reforma da renda. Para o chefe da Fazenda, a reforma dos tributos sobre o consumo pode tramitar simultaneamente à da renda, que o governo pretende enviar no segundo semestre. Fonte: Inteligência Financeira

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma tributária: Haddad vê com cautela artigo que permite a Estados criar contribuição

Poder Executivo | 12/07/2023 – 05h01min

Alvo de críticas do agronegócio, da mineração e da indústria petrolífera, o artigo incluído na reforma tributária que permite aos Estados a criação de uma contribuição sobre produtos primários e semielaborados teve o apoio da maioria dos governadores, após movimento liderado pelo Centro-Oeste, mas não contou com o apoio do Ministério da Fazenda, apurou o Valor. Integrantes da pasta têm evitado tecer críticas diretas à inclusão do artigo, mas admitem, reservadamente, que foi uma decisão política do Parlamento. O trecho foi aprovado dentro de uma emenda aglutinativa, após a votação em primeiro turno do texto-base da reforma. Técnicos lembram que o papel da Fazenda é subsidiar o debate, municiando os deputados com pontos positivos e contrários a cada medida tomada, mas que a decisão final cabe ao Congresso. Questionado especificamente sobre essa possibilidade de os Estados criarem um novo tributo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que as “inovações” inseridas de última hora no texto criam uma “preocupação maior porque foram pouco debatidas”. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Indústria está presa na cadeia dos juros altos

Mercado | 12/07/2023 – 03h

A independência do Banco Central (BC) é conquista fundamental da nossa economia. Isso não se discute. Mas discutir, em profundidade, as ações do BC são tão importantes quanto a sua independência. E quem produz no Brasil tem muito a dizer sobre esse tema, pois conhece melhor que ninguém o alto custo dos juros na produção. A indústria é um setor precioso da economia. Paga melhores salários e mais tributos, investe mais em pesquisa, usa mais tecnologia e tem cadeias de produção longas, com vários fornecedores. Os juros impactam cada passo dessa longa cadeia. Cada etapa da produção demanda capital de giro e financiamentos de toda ordem, da fabricação de cada insumo até sua estocagem e distribuição. São tantos golpes de juros altos que, se não nocauteiam, debilitam muito o industrial diante de uma concorrência global com custo de capital muito menor. Isso sem falar dos outros elementos do custo Brasil: alta carga tributária, insegurança jurídica, infraestrutura ruim, baixa produtividade. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator da reforma tributária no Senado descarta fatiamento

Poder Legislativo | 11/07/2023 – 20h13min

Apesar de pressões de parte da base aliada, o relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), descartou o fatiamento da proposta na Casa. O parlamentar prometeu concluir a votação do texto até outubro para reenviá-lo de volta à Câmara dos Deputados, que votaria tudo novamente e mandaria o texto de volta ao Senado antes do fim do ano. “Ouvi, em algum lugar, alguém dizer: vamos fazer promulgação do que é consenso e fatiar a PEC [proposta de emenda à Constituição]. Isso é uma coisa comum quando se trata de uma matéria que não é sistêmica. Mas em uma matéria sistêmica, onde o artigo primeiro tem a ver com o segundo, que tem a ver com o terceiro. É muito complexo. Portanto, a percepção que temos é que é quase impossível fatiar uma PEC sobre uma matéria sistêmica como a reforma tributária”, declarou o senador. Braga confirmou a informação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de que a reforma tributária não deverá ter partes votadas separadamente. De manhã, Pacheco concedeu entrevista coletiva na residência oficial da Presidência do Senado, acompanhado dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma Tributária pode ganhar trava para alíquota do novo imposto no Senado

Poder Legislativo | 11/07/2023 – 20h08min

O relator da Reforma Tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), avalia definir uma trava para a alíquota dos novos tributos criados pela PEC (proposta de emenda à Constituição). Dessa forma, a cobrança sobre o consumo de bens e serviços precisaria respeitar limites mínimos e máximos estabelecidos no texto. A iniciativa ainda será discutida com os demais senadores, mas é concebida como uma tentativa de reduzir uma das principais incertezas que rondam o texto aprovado pela Câmara: qual será a alíquota final incidente sobre cada atividade. Braga argumenta que o ICMS (imposto estadual que será extinto pela Reforma) já tem seus parâmetros definidos na Constituição. Para ele, deixar o tema para regulamentação posterior em lei complementar, como previsto no texto aprovado na Câmara, pode fazer com que os novos critérios de cobrança fiquem à mercê de surpresas políticas. Durante a tramitação na Câmara, o Ministério da Fazenda evitou apresentar estimativas sobre a alíquota sob a justificativa de que o cálculo depende de diferentes variáveis —incluindo a quantidade de bens e serviços contemplados por tratamentos favorecidos ou cobranças reduzidas. O texto aprovado pela Câmara: qual será a alíquota final incidente sobre cada atividade. Fonte: A Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Galípolo e Aquino assinam termos de posse e assumem oficialmente diretorias do BC**

Poder Executivo | 12/07/2023 – 10h41min

Gabriel Galípolo e Ailton Aquino assinaram seus respectivos termos de posse na manhã de quarta-feira (12) e, com isso, assumiram oficialmente diretorias do Banco Central (BC). Enquanto Galípolo comandará a Diretoria de Política Monetária do BC, Aquino fica à frente da Diretoria de Fiscalização. Os dois nomes foram indicados pelo presidente Lula e chancelados pelo Senado Federal. A assinatura dos termos, ocorrida em Brasília, foi confirmada pela equipe de comunicação do BC. A expectativa é de que Galípolo e Aquino possam ajudar o governo em seus esforços para “harmonizar” as políticas fiscal e monetária — esta última tocada pela BC. Os cargos têm mandatos de quatro anos, com possibilidade de uma recondução por igual período. Galípolo foi secretário-executivo de Fernando Haddad no Ministério da Fazenda (“número 2” da pasta) nos primeiros meses do ano e é visto como um homem de confiança do petista. Aquino, o primeiro negro a assumir uma diretoria do BC em quase 60 anos, é servidor da autarquia a mais de 25 anos e já ocupou o cargo de chefe dos departamentos de orçamento, execução financeira e contabilidade. Fonte: CNN Brasil

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)**ECONOMIA E TRIBUTÁRIO****Alíquota do IVA dependerá de excepcionalidades e projeções sobre evasão tributária, diz Haddad**

Poder Executivo | 12/07/2023 – 12h57min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quarta-feira (12) que a alíquota final do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estabelecido pela reforma tributária dependerá de três fatores: “excepcionalidades” à proposta original, como a quantidade de setores que terão alíquota menor; projeções para “a queda da evasão” tributária que deverá ocorrer depois da aprovação; e volume de gastos tributários. A afirmação foi feita a jornalistas na saída do ministério, antes de ele participar de reunião do Conselho de Administração de Itaipu. Segundo Haddad, esses três fatores “servirão para estabelecer uma alíquota neutra, que não aumente a carga tributária”. O ministro também afirmou que o Ministério da Fazenda já fez os cálculos necessários para medir a provável queda da evasão e que apresentará os números ao relator da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM). “Já falei com ele ontem, ele vai vir na Fazenda para a gente conversar”, disse. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)**Setor de serviços cresce em maio 0,9%, revela o IBGE**

Mercado | 12/07/2023 – 10h51min

O setor de serviços, o que mais emprega na economia, apresentou crescimento de 0,9% em maio, na comparação com abril. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada na quarta-feira (12), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em abril, o resultado tinha sido uma queda de 1,5%. No ano, o setor, que reúne atividades como comércio varejista, transporte, imobiliárias, turismo e alimentação, apresenta alta de 4,8%. Em 12 meses, o saldo positivo é de 6,4%. Apesar da retomada em maio, o segmento está 2% abaixo do ponto mais alto da série histórica do IBGE, alcançado em dezembro de 2022. O setor de transportes, com alta de 2,2%, foi o que mais ajudou a puxar para cima o resultado mensal. “O transporte de cargas e o de passageiros avançaram no mês. Já sob a ótica do modal, os principais impactos para o resultado positivo vieram do rodoviário de cargas, do aéreo de passageiros e do aquaviário de cargas”, explica – no site do

IBGE - o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo. Esse desempenho foi um reflexo da atividade agropecuária, que tem se mostrado um dos principais motores da economia brasileira. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Empresas podem renegociar dívida com a União pela internet

Poder Executivo | 12/07/2023 – 06h45min

Pequenos empresários têm até 29 de setembro para regularizar dívidas com a União no portal Regularize, da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional). Serão oferecidos descontos, entradas facilitadas, prazo alongado para pagamentos e valor mínimo de prestação diferenciado. O valor mínimo das prestações estipuladas será de R\$ 25 para MEIs (Microempreendedores Individuais) e de R\$ 100 para as demais categorias. As negociações dizem respeito aos débitos em dívida ativa da União. Não é possível negociar as dívidas em aberto na Receita Federal e no FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). O Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) recomenda que o empreendedor esteja atento à categoria da dívida que deseja renegociar. Cada uma tem sua especificidade, inclusive técnicas. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Inflação negativa aumenta pressão por queda de juros

Mercado | 11/07/2023 – 18h23min

A queda no índice oficial de inflação em junho, anunciada na terça-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é vista como um elemento de pressão para o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) iniciar um ciclo de cortes da taxa básica de juros, a Selic, a partir de agosto. A opinião é de economistas ouvidos pela Agência Brasil. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em -0,08% no mês passado. Foi o menor índice para um mês de junho desde 2017. Os grupos alimentação e bebidas e transportes foram os que mais ajudaram a puxar os preços para baixo no mês passado. “A inflação está em uma trajetória decrescente desde fevereiro, e o acumulado em 12 meses está em 3,16%, bem no centro da meta de inflação. Como a taxa Selic é para se atingir esta meta, a cobrança pela redução deve ganhar força”, diz o professor Jorge Claudio Cavalcante, do Departamento de Análise Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Carf permite crédito de Cofins sobre despesa com frete de produtos acabados

Poder Executivo | 11/07/2023

Por quatro votos a três, a 1ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) permitiu ao contribuinte aproveitar créditos de Cofins sobre despesas com frete de produtos acabados entre estabelecimentos da mesma empresa. Prevaleceu o entendimento de que o frete é necessário para viabilizar a venda dos produtos da empresa, já que os itens devem ser enviados a filiais próximas ao mercado consumidor. Assim, para os conselheiros, a situação se enquadra na hipótese do artigo 3º, inciso IX, das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003. A legislação permite a tomada de créditos de PIS/Cofins sobre despesas com armazenagem de mercadorias e frete na operação de venda. Por unanimidade, o colegiado também permitiu o aproveitamento de créditos de Cofins sobre as despesas com combustíveis e lubrificantes utilizados nas empilhadeiras. A votação teve um quórum inferior ao habitual, de oito conselheiros, devido à ausência de um julgador fazendário. A advogada da empresa, Natalia Saboia, afirmou, em sustentação oral, que a possibilidade de

creditamento sobre as despesas com armazenagem e frete na operação de venda está prevista no artigo 3º, inciso IX, nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003. Fonte: JOTA

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Congresso analisa vetos e créditos orçamentários na quarta-feira

Poder Legislativo | 12/07/2023 – 07h29min

O Congresso Nacional (sessão conjunta da Câmara e do Senado) reúne-se na quarta-feira (12) para apreciar 5 vetos presidenciais, além de nove projetos de crédito extra — inclusive o que abre espaço no Orçamento da União para o financiamento da cultura brasileira por meio da Lei Aldir Blanc (PLN 11/23) e o que permite o reajuste das forças de segurança do Distrito Federal e dos antigos territórios (PLN 12/23). A sessão está marcada para as 14 horas e será realizada no plenário da Câmara dos Deputados. Vinte e dois vetos aguardam votação, mas há acordo para votar apenas alguns. "Cinco vetos entraram na cédula para apreciação, mas o objetivo central dessa sessão do Congresso é a apreciação de PLNs que estão pendentes", explicou o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Os demais vetos serão analisados na primeira sessão do Congresso no segundo semestre do ano de 2023, o que deverá vir a ocorrer entre o fim de agosto e início de setembro, segundo o senador. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Pacheco recebe Eduardo Braga e Aguinaldo Ribeiro para conversa sobre reforma tributária

Poder Legislativo | 12/07/2023 – 15h25min

Menos de uma semana após a Câmara ter aprovado a reforma tributária, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi anfitrião na quarta-feira (12) de um almoço entre o relator da proposta na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e Eduardo Braga (MDB-AM), que relatará o projeto no Senado. Antes mesmo do encontro, aliados de Ribeiro avaliavam que a conversa serviria para que o paraibano detalhasse pontos de seu parecer aprovado na semana passada pelos deputados. Pacheco registrou o encontro em suas redes sociais. A expectativa é que o relatório seja alterado por senadores, o que fará com que a proposta de emenda constitucional (PEC) passe por uma nova análise na Câmara. Antes de ser votado no plenário do Senado, o projeto será apreciado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa comandada por Pacheco. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Plenária do Plano Plurianual deve reunir nove ministros de Lula em SP

Poder Executivo | 11/07/2023 – 22h

Realizada no Memorial da América Latina, em São Paulo, a última plenária para elaboração do PPA (Plano Plurianual) deve reunir nove ministros do governo Lula na sexta-feira (14). Além de Simone Tebet (Planejamento), há expectativa de que compareçam Fernando Haddad (Fazenda), Luiz Marinho (Trabalho), Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário), Márcio Macedo (Secretaria-Geral da Presidência), Márcio França (Portos e Aeroportos), Ana Moser (Esporte) e Silvío Almeida (Direitos Humanos). As plenárias têm como objetivo incorporar prioridades da sociedade ao Plano Plurianual 2024-2027. A previsão é que dez representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais apresentem suas propostas às autoridades. Até agora, as plenárias do

Plano Plurianual já reuniram mais de 30 mil pessoas em 22 Estados e no Distrito Federal. Fonte:
Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br